

'Holding' complexa e lucrativa

Taxa mínima de lucro sobre as obras é de 36%

BRASÍLIA — A documentação levantada pela subcomissão de patrimônio da CPI indica que a "holding" criada pelas empreiteiras para controlar obras públicas tem uma organização complexa, estratificada por hierarquias. De acordo com os documentos apreendidos na casa do diretor da Odebrecht em Brasília, a direção da "holding" é exercida por um colegiado, formado por líderes de empresas do grupo, representantes de autarquias e instituições e pelo diretor-presidente Emílio Odebrecht.

Para sustentar a "holding", as empreiteiras criaram uma taxa mínima de lucro de 36%, que incidia sobre qualquer obra realizada para os Governos municipais, estaduais e federal. Ou seja, se uma empreiteira recebia US\$ 1 milhão pela execução de uma obra, US\$ 360 mil eram destinados à "holding". O lucro total era mais tarde partilhado entre os integrantes do esquema.

O segundo nível de poder da hierarquia é dividido por regiões geográfico-econômicas de influência e gerenciado por um outro colegiado, do qual participavam líderes de empresa, diretores superintendentes regionais e dirigentes políticos. As empresas não aparecem com seus nomes verdadeiros, mas são identificadas por pontos cardeais, como empresa leste, empresa nordeste, empresa norte etc.

O terceiro nível da hierarquia é composto por grupos de gerentes de contratos e suas respectivas equipes. Os gerentes seriam aqueles que executam o lobby junto ao Congresso e aos Governos estaduais, contratam prestadores de serviço e fazem contato com colaboradores. Em Brasília, por



Magalhães e Passarinho pouco antes de mostrar a lista das empreiteiras

exemplo, atuam Maurício Vasconcelos, José Carvalho, Mário Allen, Angélica Senna, Conceição Iglesias, Carlos Eduardo, César Ferreira, Rogério Silva e Israel Ribeiro, todos liderados por Airton Reis, assessor de Assuntos Políticos Estratégicos da Odebrecht.

As obras são executadas por empresas ligadas a esses líderes: CBPO, OAS, Mendes Júnior, Cowan, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Tratex, EIT, CR Almeida e Constran. Do organograma constam ainda os colaboradores, responsáveis pela contratatação de serviços, pela influência política e pela aprovação de emendas ao Orçamento. São eles funcionários, secretários ou parlamentares, que colaboraram para que a "holding" obtenha facilidades dentro das instituições e autarquias.

Os documentos mostram ainda que a organização agia de três formas dentro do Congresso: pagando comissões aos parlamentares — 3% sobre o valor previamente estipulado, pagos de acordo com o desembolso do Governo à empreiteira; 2% pela aprovação da emenda parcial; dando ajuda financeira para campanhas; e distribuindo presentes.

Preocupado, Bisol reúne líderes do Congresso em casa

Preocupado com a gravidade das revelações contidas nos documentos apreendidos na casa do diretor da Odebrecht, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) reuniu líderes do Congresso em sua casa para saber o que fazer com as denúncias. Com a presença do presidente da CPI, Jarbas Passarinho (PPR-PA), do líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), e do vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-RS), os parlamentares decidiram que as primeiras pessoas a obterem um relato completo do teor dos documentos seriam o presidente Itamar Franco e os ministros militares.

O primeiro a chegar foi Simon. Da reunião participaram ainda os senadores Mário Covas (PSDB-SP) e Garibaldi Alves (PMDB-RN) e os deputados Aloizio Mercadante (PT-SP), Sigmarinha Seixas (PSDB-DF), Nelson Jobim (PMDB-RS), José Genoíno (PT-SP) e Miro Teixeira (PDT-RJ).